

ECONOMIA

Renato Alves/AE



Ximenes: demissões no BB.

Nesta página: o governo divulga hoje a MP da desindexação. **Página 10:** com a criação do mediador independente na livre negociação salarial, o governo tenta evitar a reindexação dos salários pela Justiça. O BB vai demitir funcionários. **Página 11:** cresce o emprego informal em São Paulo. **Página 12:** a produção da indústria paulista cresceu 17,4% no primeiro ano do Real. **Mutuários** fazem protesto contra intenção do governo de aumentar prestações. **Seu Dinheiro:** bolsas caem 1,01% em São Paulo e 0,36% no Rio. Dólar comercial e juros de CDB estáveis (página 13).



Mutuários protestam nas ruas de São Paulo

MP da desindexação sai hoje

NEGOCIAÇÕES SALARIAIS SERÃO LIVRES E HAVERÁ MUDANÇA NO CÁLCULO DA TAXA REFERENCIAL PARA REDUZIR AS DÍVIDAS EM TR

BEATRIZ ABREU

Um ano depois do lançamento do Real, o governo faz ajustes no plano econômico para introduzir a desindexação da economia, a partir da livre negociação salarial entre patrões e empregados. As novas regras para reajuste de contratos dos setores público e privado e novas bases para as negociações salariais, todas limitadas aos períodos das datas-base das categorias profissionais, serão definidas por meio de medida provisória que será divulgada hoje, às 11 horas, no Palácio do Planalto.

Os ajustes no plano começaram, de fato, já em março, com a alteração da banda cambial e as diversas correções, para cima ou para baixo, das alíquotas de importação dos produtos. Um mecanismo que neste primeiro ano do Real ajudou o governo a conter uma elevação indesejável dos preços internos. As custas, no entanto, de crescentes déficits na balança comercial, que no semestre poderá superar a casa dos US\$ 4,5 bilhões.

A desindexação da economia, a partir de 1º de julho, não será ampla e geral como se chegou a pensar nos primeiros estudos defendidos pelo ex-presidente do Banco Central, Pêrsio Arida. "O objetivo é acabar com os mecanismos automáticos de reajustes dos contratos", disse um integrante da equipe. Ainda hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova-

rá um conjunto de resoluções do BC que complementarão a medida provisória.

O CMN aprovará as mudanças no cálculo da Taxa Referencial, que deixa de ser indexador da economia e será recalculada para introdução de um redutor, para suavizar o custo das dívidas em TR e, também, a remuneração das atuais cadernetas de poupança. Também será criada uma nova taxa de juros, chamada de "Taxa Básica Financeira", baseada na variação dos Certificados dos Depósitos Bancários.

Serão lançadas ainda outras duas modalidades de cadernetas de poupança, sendo que uma delas estará diretamente vinculada aos financiamentos habitacionais. Ontem, a diretoria do BC se reuniu para discutir detalhadamente a nova caderneta de poupança, que vai remunerar depósitos no prazo mínimo de 60 dias, possivelmente, com base na nova taxa de juros acrescida de uma remuneração adicional livremente definida por cada instituição financeira.

A proposta em discussão ontem à noite era a de tributar esta caderneta com alíquota de 10% do Imposto de Renda. Além disso, os técnicos defendiam uma total reformulação das aplicações financeiras, de forma a manter o sistema equilibrado e evitar migração entre as aplicações que coloque em risco a estabilidade do sistema financeiro.